Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Departamento de Patrimônio Imaterial
Coordenação de Registro

PARECER TÉCNICO nº 2/2021/COREG/CGIR/DPI

ASSUNTO: Parecer de Revalidação do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras

REFERÊNCIA: Proc. 01450.011378/2021-45

Brasília, 16 de abril de 2021.

Trata-se de parecer conclusivo da Comissão de Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil do **Ofício das Paneleiras de Goiabeiras** no âmbito do processo administrativo nº 01450.011378/2012-45.

Conforme disposto no artigo 13º da Resolução nº 1, de 18 de Julho de 2013, este parecer *analisará a documentação acumulada, avaliará o bem cultural em tela e a pertinência da revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil considerando, sobretudo, a continuidade do bem enquanto referência cultural (...) que constitui para a memória e a identidade da comunidade detentora*.

1. Dos requisitos legais para a Revalidação

O processo de Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil do **Ofício das Paneleiras de Goiabeiras** foi instaurado no ano de 2012, de acordo com o previsto no Decreto 3.551/2000 e na Resolução Iphan nº 01/2006, decorridos, portanto, dez anos da inscrição do bem como Patrimônio Cultural do Brasil no Livro de Registro dos Saberes, decisão proferida em 21 de novembro de 2002 pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em sua 37ª reunião (processo administrativo nº 01450.000672/2002-50).

Os parâmetros e procedimentos a serem adotados em processos administrativos de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil foram estabelecidos com a aprovação da Resolução nº 01 de 01 de julho 2013 pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ou seja, em momento posterior ao início das atividades relativas ao presente processo de Revalidação. Entretanto, próximo aos debates técnicos que já vinham sendo institucionalmente realizados no Iphan para a adoção daqueles procedimentos, as atividades iniciais de comunicação aos proponentes acerca da abertura do processo e coleta de sua anuência quanto à Revalidação ocorreram em total conformidade com o que posteriormente viria a ser disposto na referida Resolução.

Tendo em vista o início dos trabalhos para a revalidação do Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, de 07 a 12 de maio de 2012 foi realizada uma viagem a Vitória pelas técnicas Luciana Borges Luz (da Coordenação de Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial) e Natália Brayner (Coordenação de Apoio à Sustentabilidade), com o objetivo de “conversar com a comunidade produtora do bem e com instituições e pessoas que, de alguma forma, participaram ou executaram ações juntos às paneleiras nos últimos dez anos” (Fls. 23 do processo).

Em seguida, as atividades necessárias à Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras tiveram início com o levantamento dos materiais relativos ao bem cultural junto às Coordenações-Gerais deste Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI e à Superintendência do Iphan no Espírito Santo. Em agosto de 2012, a Coordenadora de Registro Substituta, Luciana Borges Luz, enviou despacho à Coordenação de Apoio à Sustentabilidade, solicitando informações sobre o bem registrado a serem incluídos no processo de Revalidação. Assim, foram encaminhados quadro sinótico contendo descrição de todas as ações de salvaguarda realizadas pelo Iphan desde o Registro, tabelas de acompanhamento, documentos informativos, etc.

Em 1º de outubro de 2012, o DPI informou à Associação das Paneleiras de Goiabeiras, representação dos detentores do bairro de Goiabeiras Velha, em Vitória, no Espírito Santo, proponente do Registro do Ofício das Paneleiras, sobre a abertura do processo de Revalidação deste bem cultural. No ofício, considera-se "de suma importância a manifestação da comunidade produtora do bem cultural sobre a revalidação do título, assim como a participação e o envolvimento nas ações que serão empreendidas a partir deste ano, como reuniões, pesquisas, produção de vídeos, fotos, etc." (Fls. 04).

Em 29 de outubro daquele mesmo ano, a Associação das Paneleiras de Goiabeiras encaminhou carta à Presidência do Iphan manifestando o desejo de que seja revalidado o título, acompanhado de um abaixo-assinado composto por 305 assinaturas de artesãs e apoiadores do ofício.

Em consequência da substancial representatividade e legitimidade da referida anuência encaminhada pela Associação das Paneleiras de Goiabeiras à Revalidação do Título do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, consideramos que foi atendido de maneira satisfatória o preconizado no Artigo 8º da Resolução nº 01/2013, que prevê que o Iphan solicite "*declaração formal de representante de comunidade produtora do bem, ou de seus membros, expressando o interesse e a anuência quanto à Revalidação*".

Uma primeira Comissão Técnica para acompanhar o processo administrativo de Revalidação, para avaliação da documentação processada, acompanhamento da instrução desse processo e emissão deste parecer técnico foi instituída por meio da Portaria nº 340, de 26 de julho de 2013[1] e sofreu uma subsequente alteração de seus integrantes, sendo composta agora pelos técnicos que subscrevem o presente parecer.

Desse modo, considerando todos os aspectos acima expostos, entendemos que estão contemplados os requisitos formais previstos para instrução deste processo em conformidade com o estabelecido da Resolução nº 01/2013, a qual dispõe sobre processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais registrados, tanto no que se refere aos procedimentos preconizados (artigos 3º a 8º) quanto à formação desta Comissão Técnica (artigos 9º e 10º).

Ainda no ano de 2013 o Iphan encaminhou providências para a realização de pesquisa visando atualização de documentação e obtenção de subsídios à Revalidação. A contratação da empresa SA Consultoria, vencedora da licitação com a finalidade de realização de pesquisa para subsidiar o processo de revalidação, ocorreu no final de 2013. As atividades de pesquisa começaram a ser realizadas no início de 2014. Com a previsão inicial de duração de um ano, o contrato ainda foi estendido por dois aditivos de tempo e um de valor, tendo sido encerrado em abril de 2016. A equipe de pesquisa originalmente contratada sofreu alteração em sua constituição original ainda no princípio da realização de suas atividades em campo.

Assim, foi necessária a realização de um novo treinamento do IPHAN sobre o instrumento do INRC, com vistas a capacitar os novos membros da equipe que não haviam participado do primeiro treinamento. Após a entrega dos produtos, o IPHAN solicitou alterações e complementações, as quais não foram acolhidas pela equipe de pesquisa. Assim, a empresa, optando por honrar o contrato com o Iphan, buscou uma nova equipe, a qual, quando contratada, reenquadrou o objeto da pesquisa, reestruturou as fichas do INRC e complementou a pesquisa de campo. Essas atividades demandaram mais tempo que o previsto inicialmente, justificando a solicitação de aditivo de tempo no âmbito do contrato. Os produtos foram entregues à Superintendência do IPHAN no ES em setembro de 2016.

Por força de uma série de circunstâncias, as atividades relativas ao processo administrativo em consideração sofreram uma interrupção em 2018, sendo retomadas em agosto de 2020, com a recomposição dos membros da Comissão Técnica, a fim de acelerar o andamento das atividades e a finalização do processo[2]. Embora a Resolução nº1, de 01 de julho 2013, tenha sido revogada, para dar lugar a um novo instrumento normativo, qual seja, a Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019,[3] a Comissão Técnica formada decidiu, diante do estágio avançado das atividades implicadas no Processo de Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, prosseguir com o andamento conforme os ditames da Resolução nº1. Tal opção, inclusive, é facultada pelo Art. 13 da Resolução nº5, a qual assevera: "*Caberá ao DPI manifestar-se pontualmente acerca dos Processos de Revalidação em andamento quanto à aplicação dos entendimentos e efeitos desta Resolução*".

Assim, o presente parecer apresenta uma avaliação de toda documentação reunida e gerada a partir da instauração do presente processo de forma a subsidiar a decisão do Conselho Consultivo do Iphan quanto à revalidação do título de Patrimônio Cultural do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Encontram-se apensados ao processo administrativo a documentação que subsidiou esta análise a partir da comparação do material produzido à época do Registro com documentos referenciais reunidos e elaborados pelo Iphan ao longo da atuação em prol da salvaguarda do bem Registrado e com os resultados da pesquisa etnográfica com utilização do INRC realizada entre os anos de 2014 e 2015, a qual teve por objetivo a atualização de documentação sobre o bem cultural para a sua Revalidação (conforme prescrevia a Resolução 1/2013).

Embora o objetivo principal deste parecer seja atualizar informações sobre o bem cultural desde a sua titulação, seu conteúdo não deixa de manifestar o espírito e os objetivos embutidos na nova resolução. De acordo com o novo entendimento, o processo de revalidação vai além da atualização das informações sobre o bem registrado, ao instaurar uma oportunidade singular de reflexão retrospectiva sobre a própria política institucional. Isso possibilita rever decisões, rumos e encaminhamentos; revisitar questões que, anos depois, parecem pouco exploradas ou receberam outras acepções; propiciar a elucidação de pontos e aspectos que, após a titulação, provocam impasses; e reapreciar a orientação geral do processo de patrimonialização do bem, suas justificativas, argumentos e recomendações de salvaguarda. Mais que a descrição das transformações do bem após o Registro, o processo de revalidação consubstancia uma mirada renovada e um exercício de autorreflexão sobre o processo de patrimonialização, amadurecidos pela experiência de gestão acumulada no decurso do tempo transcorrido – tanto no órgão quanto em relação aos detentores.

Ao longo deste parecer, assumimos como pressuposto a convicção de que as transformações pelas quais o ofício passou, ao invés de serem sinal de desvio em relação a um padrão ou modelo supostamente "autêntico", são indicadores de sua vitalidade e capacidade de adaptação e reinvenção aos novos tempos, assim como de articular mediações simbólicas entre distintas categorias e práticas sociais[4]. Essas transformações não devem ser encaradas pelo prisma de uma inevitável descaracterização, algum tipo de decadência irreversível, mas como um processo de constante reinvenção, desde que tenha sido mantido a permanência da consciência de um vínculo histórico e de um repertório de referências culturais compartilhadas que se transmite dentro do grupo e por meio do qual eles demarcam suas fronteiras simbólicas, representam, agenciam e modificam a sua identidade cultural e localizam a sua territorialidade.

2. Da continuidade do bem cultural e suas atuais condições de existência

No ano de 2002, quando foi inscrito no Livro dos Saberes e recebeu o título de Patrimônio Cultural do Brasil, o "Ofício das Paneleiras de Goiabeiras" foi descrito da seguinte forma em sua Certidão de Registro:

> É a prática **artesanal** de fabricação de panelas de barro, atividade econômica culturalmente enraizada na localidade de Goiabeiras, bairro de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo. Produto da cerâmica de origem indígena, o processo de produção das panelas de Goiabeiras

conserva todas as **características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas**, antes da chegada de europeus e africanos. As panelas continuam sendo modeladas **manualmente** com o auxílio de ferramentas rudimentares, a partir de argila sempre da mesma procedência. Depois de secas ao sol são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino. A técnica cerâmica utilizada é reconhecida como legado cultural Tupi-guarani e Una, com maior número de elementos identificados com os da tradição Una. A atividade, **eminentemente feminina**, é **tradicionalmente repassada pelas artesãs paneleiras, através de gerações**, às suas filhas, netas, sobrinhas e vizinhas, no convívio doméstico e comunitário. Apesar das transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo, a localidade de Goiabeiras, conhecida como Goiabeiras Velha, permanece como um reduto de ocupação antiga, os quintais repartidos com as famílias de filhos e netos, onde saber fazer estas panelas de barro é o principal elemento formador da identidade cultural daquele grupo social. **O processo de produção das panelas de barro emprega tradicionalmente matérias-primas provenientes do meio natural**: a argila é extraída de jazida, denominada barreiro, no Vale do Mulembá, localizado na Ilha de Vitória, que até pouco tempo era acessado por canoa; a casca de *Rhysophora mangle*, popularmente denominada mangue vermelho, com que é feita a tintura de tanino, é coletada diretamente do manguezal que margeia a localidade de Goiabeiras. Da mesma forma, dois dos principais instrumentos do ofício – a cuia e a vassourinha de muxinga – são feitos a partir de espécies vegetais encontradas nas proximidades. A atividade compreende diversas etapas que envolvem diferentes executantes, ficando o trabalho de coleta e transporte das matérias-primas mais frequentemente a cargo dos homens, embora ainda se encontre paneleiras que vão pessoalmente retirar o barro na jazida. É o meio de vida de mais de **cento e vinte famílias nucleares de Goiabeiras Velha**, muitas das quais aparentadas entre si, e envolve um número crescente de executantes, atraídos pela demanda do produto. As panelas de Goiabeiras são quase sempre vendidas diretamente pelas paneleiras, nos locais de sua produção, geralmente nos quintais das casas ou no galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras, entidade criada para encaminhar as lutas pela preservação das condições de sua produção. Estas **panelas de barro são um dos elementos essenciais das moquecas de peixe e frutos do mar e da torta capixaba, pratos da culinária regional divulgados pelas paneleiras como o Típico Prato Capixaba e reconhecidos pela literatura gastronômica como "a mais brasileira das cozinhas", por reunir e mesclar elementos das culturas indígena, africana e portuguesa**. A simetria, qualidade de acabamento e eficiência das panelas de barro de Goiabeiras devem-se às peculiaridades do barro utilizado e à habilidade e conhecimento técnico de seus fabricantes. Matéria-prima da modelagem, a argila utilizada é bastante arenosa, e é essa composição do barro que condiciona o modo de fazer – sem torno, nem forno – e dota seu produto de uma série de propriedades, influindo tanto no seu aspecto quanto na rapidez da secagem, na redução da presença de rachaduras, no rápido aquecimento durante a queima e na resistência à temperatura do fogo – cerca de seiscentos graus centígrados – que não deixa que as panelas estourem na fogueira. Dá ainda à panela a propriedade de conservar o calor depois do cozimento – as moquecas são servidas borbulhando, e assim se mantêm por vários minutos. O processo de produção das panelas compreende as seguintes etapas: extração da argila na jazida do Vale do Mulembá, preparação das bolas e transporte até o local de trabalho; escolha e/ou limpeza do barro, quando são retirados gravetos e outras impurezas e o barro é pisado até ficar mais homogêneo para ser modelado; coleta da casca de mangue-vermelho, retirada das árvores próprias do manguezal, de barco ou canoa; confecção da tintura de tanino, na qual a casca de mangue vermelho é socada e macerada pelos casqueiros (coletores) ou pelas próprias paneleiras, é posta de molho por alguns dias na água, transformando-se na tinta vermelha que vai ser aplicada nas panelas após a queima; "puxada" ou levantamento da panela, que consiste na modelagem da peça, a partir do barro escolhido, colocado sobre uma tábua; a forma é dada com as mãos, puxando/levantando o bojo, definindo a concavidade e a espessura com a cuia e modelando a borda com as mãos; com a faca são retiradas as impurezas e os excessos, com o arco; aplicação das orelhas e das alças das tampas, que são modeladas a partir de roletes de barro e fixadas nas bordas das panelas com os dedos. As paneleiras utilizam água para colar as orelhas e dar acabamento às panelas. Isto feito, as panelas são postas novamente a secar até o dia seguinte. Para modelagem do fundo a panela é retirada da tábua e virada; o fundo chato é arredondado através da remoção dos excessos com o arco; a superfície externa é alisada com a faca utilizada na limpeza e acabamento da peça. O alisamento consiste no polimento das panelas e das tampas após a secagem, pelo atrito de seixos rolados (pedra de rio) interna e externamente; depois, para a queima a céu aberto, as panelas polidas são dispostas emborcadas, apoiadas umas nas outras, sobre uma "cama" de ripas e tábuas de madeira (sobras de construção) e cobertas com lenha seca; a fogueira, que atinge cerca de seiscentos graus é acesa e mantida por aproximadamente trinta minutos, variando conforme o tamanho das panelas, que a seguir são retiradas do fogo, com uma vara com ganchos na ponta, para serem "açoitadas". O açoite ou açoitamento consiste na pigmentação da

> panela com a tintura de tanino, aplicada com a vassourinha de muxinga sobre as peças em brasa. Esta etapa confere às panelas de barro de Goiabeiras sua característica coloração preta. As panelas apresentam variações de tamanho e formato, especialmente nas dimensões do diâmetro e da altura, tendo denominações específicas. A mais tradicional é chamada frigideira: rasa, com formato circular e tampa de alça, é usada para a moqueca e para a torta capixaba. É o formato mais vendido para os restaurantes, nos tamanhos para duas e quatro pessoas, com diâmetros em torno de vinte e dois e vinte e oito centímetros, respectivamente. A panela mais alta é o caldeirão, para sopa ou feijão; a de altura média é usada para o pirão, o arroz de marisco, galinhada e outros pratos com caldo. As paneleiras dizem que "se pode cozinhar qualquer coisa na panela de barro", mas que "peixe e marisco tem que ser na panela de barro". Constata-se, atualmente, o emprego da técnica em crescente variedade de panelas com outras formas – miniaturas, ovais, com elementos decorativos – além de outros objetos utilitários e ornamentais como jarros, fruteiras, formas de pizza, cinzeiros e cofres (grifos nossos)[5].

A pesquisa finalizada em 2016 que gerou a produção de conhecimento sobre a manifestação cultural por meio de relatórios e descrições em fichas do INRC, desenvolvida para fins de Revalidação, demonstrou que as características do processo de produção das panelas permanecem, em sua maior parte, inalteradas, de forma muito semelhante ao descrito no Dossiê de Registro de 2002. Passados esses anos após o Registro, de acordo com o estudo, podemos considerar que as principais características que tornaram o bem cultural a ser reconhecido um patrimônio nacional se mantêm ou se incrementou: o processo de produção continua praticamente inalterado em relação ao modo de produção das panelas e às matérias-primas utilizadas na confecção das panelas, mantendo a correlação com os ecossistemas locais; o reconhecimento da relevância cultural do bem em âmbito local e nacional conheceu um significativo avanço; e os detentores continuam interessados em garantir a preservação das condições de reprodução do bem cultural ao longo das próximas gerações. Todos esses pontos serão desenvolvidos à frente.

A pesquisa de identificação realizada com o instrumento do INRC reforçou a descrição acerca dos significados do bem cultural atribuídos pelas paneleiras e artesãos, ampliando ainda mais os sentidos de pertencimento da prática cultural a Goiabeiras Velha. Além disso, o Inventário explora de forma muito abrangente o universo cultural do bem. O Sítio, denominado Goiabeiras Velha, está localizado no bairro de Goiabeiras, em Vitória, no estado do Espírito Santo. O espaço construído na Ficha de Identificação não se refere à delimitação político-administrativa, dele fazendo parte três áreas descontínuas: Goiabeiras Velha, Manguezal de Vitória e Vale do Mulembá. A descrição contida da identificação do Sítio demonstra que esse é o espaço central para a produção e reprodução do ofício do modo de fazer panelas e é onde moram as famílias mais antigas do bairro. De acordo com o item "3. Referências Culturais", essa configuração espacial não se reduz ao lugar onde se dá a produção das panelas de barro, mas também se constrói pelos bens associados, dotados de tantos outros sentidos: "estes bens são, em grande medida, responsáveis por manter e fortalecer as relações locais e a identidade das paneleiras e artesãos de panelas de barro como um grupo social." (IPHAN, Ficha de Identificação de Sítio, INRC Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2016, p. 5).

Assim, para além da identificação da "Fabricação das panelas de barro de Goiabeiras", denominação do bem cultural contida no INRC realizado em 2002, este segundo INRC sobre o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras identificou 15 bens culturais, todos eles referência para os detentores. São eles: Festa das Paneleiras (Celebrações); Galpão das Paneleiras (Edificações); Banda de Congo Panela de Barro, Folia de Reis, Boi Estrela, Blocos de Carnaval e Futebol de Várzea (Formas de Expressão); Manguezal, Vale do Mulembá, Centro Espírita Nossa Senhora dos Navegantes e Unidades de Produção Residencial (Lugares); Panelas de Barro, Benzedeiras, Culinária Capixaba e Pesca Artesanal (Ofícios e Modos de Fazer). Embora muitos desses bens já estivessem citados no Dossiê de Registro,[6] somente nesse novo material no âmbito da pesquisa para a revalidação eles foram explorados em suas particularidades, e devidamente associados ao ofício das paneleiras. Segue descrição resumida de cada um deles:

- Ficha de Identificação de Celebrações

a) Festa das Paneleiras: Festa anual organizada pela Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) juntamente com a Secretaria de Turismo e de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória e o Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Espírito Santo (SINDBARES). Ocorre anualmente, geralmente em algum período entre os meses de julho e novembro.[7] A pesquisa aponta o processo de espetacularização da festa, a qual deixou de ter uma preparação comunitária e realização coletiva para se tornar um evento predominantemente turístico.

- Ficha de Identificação de Edificações

a) Galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras: o Galpão foi inaugurado em 24 de novembro de 2011 numa área de aterro do manguezal de Goiabeiras. O terreno de marinha pertence à União, a edificação é de propriedade da Prefeitura Municipal e tornou-se um importante ponto turístico de Vitória. Embora o Galpão tenha papel fundamental na produção e comercialização da panela de barro, este campo do inventário destaca que as atividades necessárias para que tudo isso ocorra extrapolam os limites físicos do Galpão. A descrição aponta que, embora o atual Galpão possua o triplo da quantidade de boxes do anterior, o espaço ainda não é suficiente para conter a totalidade das paneleiras, que continuam produzindo as panelas em suas residências. A produção das panelas no Galpão teria se tornado mais visibilizada do que no espaço doméstico. Nesta Ficha também é exposto o contexto das mudanças ocorridas em relação aos quintais das casas das paneleiras, que eram espaços abertos destinados à produção coletiva das panelas. “Os quintais eram espaços de relações sociais, laços comunitários e, sobretudo, locais de estruturação de laços de parentesco.” (IPHAN, Ficha de Identificação de Edificações, INRC Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2016, p. 7). No final dos anos 1960, esses espaços passaram por um progressivo processo de redução com o aumento da expansão urbana no bairro, que impulsionou a construção de moradias para os novos núcleos familiares.

- Ficha de Identificação de Formas de Expressão

a) Boi Estrela: o Boi Estrela de Goiabeiras é uma variação do bumba-meu-boi e teve início na década de 1920. “Contudo, há cinco anos o Boi Estrela não se apresenta para a comunidade e suas últimas apresentações fora do bairro foram realizadas há mais de dez anos”. (IPHAN, Ficha de Identificação de Formas de Expressão, INRC Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2016, p. 3). Há expectativa entre as detentoras, entretanto, de que o boi volte a existir em Goiabeiras.

b) Blocos de Carnaval de Rua: apontados como uma prática cultural vivida no bairro por algumas detentoras.

c) Banda de Congo Panela de Barro: A Banda de Congo Panela de Barro do bairro Goiabeiras foi fundada em 1938, com interrupção entre 1991 e 2002. De acordo com as informações apresentadas, a Banda possui cerca de 45 integrantes e se apresenta em festas religiosas e eventos culturais interna e externamente ao bairro. A principal atividade do grupo é a participação na festa em homenagem a São Benedito, que ocorre anualmente no dia 25 de dezembro. A Banda se apresenta também na Festa das Paneleiras de Goiabeiras.

d) Folia de Reis: Muitos dos integrantes da Folia de Reis de Goiabeiras são também parte da Banda de Congo e em geral pertencem às famílias mais antigas do bairro e muitos são paneleiras e artesãos.

e) Futebol de Várzea: contém histórico sobre antigos campeonatos, mostrando a centralidade dessa prática de sociabilidade no bairro de Goiabeiras. A Ficha descreve futuras mudanças que possivelmente ocorrerão na área do campo Três de Maio, em decorrência da construção de um Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória, que “atenderá empresas de tecnologia ligadas à informação, robótica e automação, mais laboratórios de pesquisa ligados a Universidade Federal do Espírito Santo, ao Instituto Federal do ES e órgãos do governo”. (IPHAN, Ficha de Identificação de Formas de Expressão, INRC Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2016, p. 11). Essa instalação, conforme reflexão dos pesquisadores, causará impactos significativos na sociabilidade da comunidade.

- Ficha de Identificação de Lugares

a) Manguezal de Goiabeiras: Segundo os pesquisadores, o extrativismo no local já foi uma atividade fundamental para certas famílias de Goiabeiras Velha, algumas ainda se dedicando à cata de crustáceos e à pesca. No contexto da produção das panelas, a existência do mangue é fundamental, pois é nele que se encontra a árvore de onde se extrai a casca do mangue vermelho, por meio da qual paneleiras e artesãos "preparam a tintura de tanino, usada no açoite das panelas e que garante sua impermeabilização e a coloração escurecida" (IPHAN, Ficha de Identificação de Lugares, INRC Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2016, p. 4), processo singular na produção de panelas de Goiabeiras Velha. Essa parte do INRC fornece, ainda, descrições de narrativas construídas a partir das memórias das paneleiras mais antigas a respeito da forma como o espaço é apropriado na extração de uma das matérias-primas essenciais para a produção das panelas. O manguezal já teria sido utilizado como caminho para o transporte em pequenos barcos da argila extraída do Vale do Mulembá até Goiabeiras. Atualmente o trabalho de extração da casca é terceirizado para os denominados "casqueiros". São apenas dois, o que provavelmente tem contribuído para inflacionar o preço dessa matéria-prima: "segundo relatos, a lata que custava de R$ 4,00 a R$5,00 em 2015 tem sido vendida por R$20,00, o que representa um aumento de 200% no valor do recurso num período de um pouco mais de 5 anos (Alceli, F1-A2-20)." (Idem).

b) Unidades de Produção Residencial: descrição das atividades das paneleiras que exercem o ofício em suas residências. São apresentados, nesse mesmo item, os dilemas das paneleiras de residência em relação às mudanças profundas na organização do bairro, à criação da APG e à construção do Galpão.

c) Vale do Mulembá: Este campo apresenta discussão sobre o local de onde é extraído o barro, o qual foi palco de conflitos entre a APG e a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN). O INRC fornece dados sobre as tratativas no contexto da iminência da construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto, além de apontar o estado atual de acesso ao "barreiro" (jazida de argila do Vale do Mulembá). Há descrição, além disso, dos modos como o barro, principal matéria-prima para a produção da panela, é retirado do local e chegam às paneleiras. Segundo a pesquisa, todas as paneleiras entrevistadas ressaltam a importância do barreiro, conforme indica a seguinte afirmação: "Costumam salientar que suas mães e avós também retiravam a argila daquela região para produzirem suas panelas de barro. Para muitas paneleiras, sobretudo para as mais antigas, a fonte de argila do Vale do Mulembá nunca acabará." (IPHAN, Ficha de Identificação de Lugares, INRC Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2016, p. 7).

d) Centro Espírita Nossa Senhora dos Navegantes: o local acolhe a Banda de Congo Panela de Barro durante os festejos de São Benedito há mais de 20 anos.

- Ficha de Identificação de Ofícios e Modos de Fazer:

a) Benzedeiras: algumas paneleiras são também benzedeiras. A Ficha apresenta a prática de benzeção realizada em Goiabeiras Velha, seus rituais de cura, banhos e simpatias. Há uma discussão sobre acesso às plantas sagradas utilizadas nessa prática, que se interconecta com outros processos sociais descritos no INRC.

b) Modo de Fazer Panela de Barro das Paneleiras de Goiabeiras: Neste campo são apresentadas imagens que retratam desde a extração da argila do barreiro, passando pela extração da casca do mangue e por todas as etapas de produção pelas mãos das paneleiras, incluindo o tingimento e a queima, até sua acomodação para venda. Todo esse processo (extração da argila, extração da "casca do mangue vermelho", preparo da tintura do tanino, preparo da argila, modelagem ou "levantar a panela", primeira secagem, raspagem – primeiro acabamento –, segunda secagem, polimento – segundo acabamento –, terceira secagem, queima e açoite) é descrito na Ficha, que consegue reunir um grande número de informações sobre os saberes relacionados à produção de panelas e a reprodução dessa prática num universo cultural mais amplo em Goiabeiras Velha. A Ficha apresenta também diversos aspectos sobre as trajetórias de algumas paneleiras, além de elementos acerca de mudanças que ocorreram em relação à sua prática cultural nos últimos anos, como: a maior divisão do trabalho, a

dificuldade de sustentabilidade financeira com a venda das panelas, a “competitividade existente tanto em relação a encomendas quanto ao atendimento a clientes que visitam o Galpão” (IPHAN, Ficha de Identificação de Ofícios e Modos de Fazer, INRC Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2016, p. 18), dificuldades em relação ao acesso a matérias-primas, a atuação do Sebrae em 2011 no sentido da aquisição da Indicação de Procedência de Goiabeiras para o artesanato de panelas de barro, etc.

c) Ofício de Pescador Artesanal: Há informações relativas à pesca artesanal em Goiabeiras Velha cuja localização, margeada pelo manguezal, pelo mar e pelo rio, “favoreceu o desenvolvimento da atividade pesqueira” (IPHAN, Ficha de Identificação de Ofícios e Modos de Fazer, INRC Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2016, p. 4). Estão descritas brevemente algumas técnicas de pesca que são transmitidas de geração a geração. De acordo com o inventário, a pesca artesanal é associada ao ofício das paneleiras de Goiabeiras, pois são os pescadores que retiram a casca do mangue vermelho utilizada no preparo da tintura que açoita as panelas de barro. Além disso, o manguezal próximo a Goiabeiras já foi utilizado como caminho para se chegar à jazida de barro localizado no bairro Joana D’Arc. “Dessa forma, não raramente a atividade de pesca ocorrida de forma associada à atividade de extração do barro. Também a comercialização das panelas dependia do transporte realizado por meio de canoas até os centros comerciais.” (Idem)

Com base nos dados presentes no INRC e no Diagnóstico Sociocultural[8], a equipe de pesquisa contratada analisou características gerais do ofício, em especial: a identificação dos artesãos e a caracterização da atividade, o perfil socioeconômico e a infraestrutura da comunidade e, por fim, as instituições parceiras, associativismo e perspectivas de continuidade do ofício. Para cada um destes itens são fornecidos dados numéricos que permitem analisar a base social do bem cultural. Tais informações ainda permanecem, em certa medida, como fontes atualizadas.[9]

Embora não seja o caso de transcrever as informações coligidas e sistematizadas pelo *Diagnóstico Sociocultural - Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, elaborado e preenchido pela 1ª equipe da pesquisa de revalidação do ofício, conforme solicitação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI-IPHAN), é importante destacar alguns dados, a fim de apresentar um quadro sumário do bem cultural tal como ele se apresenta na atualidade. Em primeiro lugar, chama a atenção o alto percentual de detentores que estão entre dez e trinta anos envolvidos com a produção de panelas, o que indica a continuidade da prática ao longo do tempo;[10] atualmente, são 56 famílias envolvidas com a produção de panelas, perfazendo um total de 1002 pessoas.[11]

No tocante à produção e comercialização das panelas de barro, estima-se que o volume de produção atinja 2000 panelas de barro em um ano. A produção é comercializada, principalmente, no Galpão. Cerca de 65% dos entrevistados afirmaram tê-lo como principal local de venda de sua produção. Conforme informações prestadas por Berenícia Nascimento, presidente da Associação das Paneleiras de Goiabeiras, a clientela é preferencialmente localizada no estado do Espírito Santo, em especial os municípios de Vitória, Serra (distritos de Manguinhos e Jacaraípe) e Guarapari. Além desses municípios, foram indicados outros estados da região Centro-Sul como pontos de escoamento do produto, em especial Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Embora reponte alguma demanda internacional por panelas, sua ocorrência é muito restrita. Em termos de sua composição social, os compradores são eminentemente restaurantes, peixarias, lojistas que se dedicam à revenda.

Importa ainda assinalar que vem ocorrendo um crescente processo de terceirização de certas etapas do processo de fabrico do artefato, situação que, muitas vezes, acaba por remunerar melhor os auxiliares do que os mestres-artesãos. Segundo o diagnóstico em apreço, a média de produção mensal é variável, sendo a Semana Santa, as festas natalinas e a festa das paneleiras os três principais picos de vendas no ano. Entre os formatos mais consumidos, constam a frigideira para moqueca o modelo com maior escoamento no mercado. Além disso, os detentores entrevistados afirmaram que a execução das peças envolve um grande o número de horas semanais dedicadas à produção artesanal. A maioria dos entrevistados pela equipe de pesquisa respondeu trabalhar seis dias na semana, sendo aqueles que afirmaram trabalhar o dia todo (54,4%), ligeiramente maior em comparação àqueles que afirmaram se dedicar meio período[A1] .

Em relação à continuidade da prática cultural por meio de transmissão geracional, cerca de 59% dos detentores com filhos alegaram que gostariam de que seus filhos mantivessem o ofício. Para justificá-la, sustentaram a continuidade da tradição e necessidade de auxílio para realização do trabalho. Porém, existe uma proporção considerável daqueles que não pretendem que seus filhos continuem o ofício, pois consideram o trabalho mal remunerado, pesado e pouco valorizado socialmente. Entre os problemas de saúde associados à fabricação das panelas relatados nas entrevistas foram estresse, rinite associada à poeira, bem como movimentos repetitivos que levaram a dores de coluna e no corpo.

Isso posto, passamos a seguir a esmiuçar algumas das transformações ocorridas nas dinâmicas do bem cultural desde o Registro, tendo como parâmetros tanto as informações produzidas pelas equipes de pesquisa contratadas no âmbito do processo de Revalidação, quanto a experiência e práticas institucionais do Iphan com os detentores do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.

3. Das transformações e dinâmicas do Ofício das Paneleiras

Apesar do processo de produção das panelas ter se mantido praticamente o mesmo, com as etapas de extração da argila, preparo do barro, extração e socagem da casca do mangue para a preparação da tintura, a modelagem, as etapas de secagem e de acabamento, a pesquisa realizada para subsidiar o procedimento de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil ao Ofício das Paneleiras aponta uma série de elementos relacionados ao ofício que têm se modificado ao longo dos últimos anos, tais como: a) as modificações nos padrões de sociabilidade do grupo; b) da organização social do trabalho; c) na transmissão dos saberes; d) na relação dos detentores com o território de Goiabeiras e locais de produção; e) na forma de acesso às matérias-primas.

3.1 Modificações nos padrões de sociabilidade do grupo

No que concerne a questões relativas às mudanças nos padrões de sociabilidade do grupo e na organização social do trabalho, os materiais produzidos evidenciam três aspectos significativos. Em primeiro lugar, observa-se uma redução significativa no número de artesãos de panelas de barro, iniciada a partir de 2001. Em segundo lugar, denota-se um aumento da atuação masculina na produção artesanal de panelas. Em terceiro, por fim, é perceptível um redesenho do modelo de organização do trabalho em molde familiar em direção à subcontratação de serviços.

As questões e correlações causais levantadas pelo material são importantes, mas é preciso levar em conta uma série de fatores adicionais, para que o panorama indicado seja matizado. De acordo com o Relatório Final de Pesquisa de Revalidação, com a ameaça de acesso à fonte de obtenção do barro ocorrida em fins dos anos 1980 ao início dos anos de 1991, em virtude da construção de uma estação de tratamento de esgoto junto à jazida de barro no Vale do Mulembá, de onde as artesãs do bairro de Goiabeiras extraem sua principal matéria-prima, a mobilização em torno do acesso ao barreiro faz surgir a representação das paneleiras, com a criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG). Criada em março de 1987, a APG converteu-se na principal instância de interlocução com o Iphan a partir do reconhecimento do Registro do bem como Patrimônio Cultural do Brasil.

Segundo dados cadastrais recolhidos na associação, nos anos seguintes àquele movimento de mobilização das paneleiras, o número de associadas cresceu bastante, saindo de 57 no ano de sua criação em 1987 para um total de 125 em 2001, um ano antes do Registro do bem cultural. Nos anos seguintes, foi percebida uma significativa redução na quantidade de artesãs de panelas de barro, contabilizando 63 associadas na listagem da APG de 2016, sendo que este número pode ser ainda menor por não se saber exatamente quem são as que ainda estão efetivamente em atividade. O quadro abaixo apresenta a oscilação do número de paneleiras em atividade:

Evolução Histórica do Número de Artesãos de Panelas de Barro em Goiabeiras			
Artesãos	**Ano**	**Origem da informação**	**Fonte**
57	1987	Ata de Fundação da APG	Dias, 2006, p.91
102	1996	Entrevista presidente da APG	Waldeck, 1996, p.17
102	1999	Dados de pesquisa documental	Dias, 1999, p.223 *apud* Iphan, 2006, p.28
125	2001	Cadastro APG*	Abreu, 2001, p.125.
118	2006	Cadastro APG	Iphan, 2006, p.60-61
112	2007	Cadastro APG	Camillet, 2007, p.105
88	2008	Listagem obtida a partir do quadro referencial com dados genealogia dos produtores (72 paneleiras e 16 auxiliares) Pesquisa de campo - Tese de Doutorado	Simão, 2008, p.271- 286
75	2010	Cadastro da APG /SEBRAE	Indicação de Procedência Goiabeiras, p.22-41.
75	2014	Cadastro da APG	Muniz, 2014, p.26
63	2016	Listagem de Associados da APG	Nomes fornecidos pela APG por e-mail aos pesquisadores do INRC em junho de 2016.
(Fonte: BELAS, Carla Aroucas *et all*. *Relatório Final de Pesquisa.* Vitória: IPHAN, 2016, p.19)			

Ainda segundo o Relatório Final de Pesquisa, um fator que também pode explicar a redução do número de artesãs é a idade avançada. Nos últimos anos, aponta-se que algumas paneleiras deixaram a atividade por motivo da saúde já debilitada, bem como pelo próprio falecimento de outras. Segundo dados do Diagnóstico Sociocultural da Pesquisa de Revalidação do Ofício das Paneleiras, atualmente é alta a sua faixa etária, possuindo a maioria mais de 50 anos (54,3%), enquanto apenas 3,1% possuem idade inferior a 25 anos.

3.2. Modificações na organização social do trabalho

O segundo ponto que gostaríamos de refletir diz respeito à crescente inclusão de homens na produção artesanal das panelas, já representando cerca de 20% da produção de panelas. Até então, restritos às atividades que demandam maior esforço físico como tiradores de barro, queimadores de panelas, ou mesmo como casqueiros, os homens passaram a se dedicar exclusivamente a confeccionar eles próprios as panelas, motivados em alguma medida pelo desemprego, como forma de garantir uma fonte de renda regular, ou ainda porque já estavam inseridos nesta prática de tradição familiar. Esses artesãos, como preferem ser chamados, tendo como renda principal o ofício da produção de panelas, passaram também neste período a ocupar cargos na associação e a atuar na representação política. Conforme o Relatório Final de Pesquisa informa:

> [...] mais de 20% da produção artesanal de panelas já é executada por homens, nas funções de mestre artesãos ou auxiliares de confecção de panelas, inclusive ocupando cargos de representação política. O aumento da participação masculina para além de atividades tradicionalmente destinadas a eles – casqueiros, tiradores de barro, queimadores de panelas e outras caracterizadas como auxílio – é mencionado por vários pesquisadores [...] De acordo com Dias a crescente dedicação exclusiva de homens à confecção de panelas deve-se a fatores como desemprego, a possibilidade de obtenção de renda regular, autonomia e ao fato de constituir uma tradição de família.[12]

Com efeito, o *Dossiê de Registro* já apontava "a participação crescente de homens na modelagem ou puxada da panela: das 55 paneleiras cadastradas em 2001, 48 eram mulheres e sete eram homens. Apesar da presença masculina, fazer panelas de barro é definitivamente uma atividade associada ao gênero feminino, inscrita nas representações sociais como ofício de paneleira, como

também escrita nas placas da Rua e da Associação das Paneleiras. Disso não há contestação nem mesmo pelos homens que executam o ofício de paneleira no Galpão, os quais se autodenominam artesãos (IPHAN, Dossiê de Registro Paneleiras de Goiabeiras, 2006, p. 28). Embora a progressiva incorporação de homens no processo de confecção das panelas não cause maiores controvérsias, a pesquisa indica um "efeito colateral" na mudança da atuação masculina: "[...] a redução do número de tiradores de barro e também de casqueiros para abastecer o conjunto das paneleiras [...]" (IPHAN, Relatório Final: Revalidação do Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras como Patrimônio Cultural do Brasil, 2016, p. 23).

Mais uma vez, é preciso registrar algumas ponderações adicionais, a fim de avaliar com maior largueza tal situação. Em primeiro lugar, deve-se considerar que a inclusão de homens não se realiza de forma indiscriminada: majoritariamente, eles possuem laços de parentesco com as paneleiras. O relatório citado comenta que: "Lailson Gomes, filho de Bernaci – uma paneleira muito respeitada em Goiabeiras Velha – relata que era ajudante de obras, mas há dez anos abandonou a profissão para seguir os passos da mãe. Hoje possui um box no galpão, sobrevivendo exclusivamente da produção e venda de panelas" (IPHAN, Relatório Final: Revalidação do Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras como Patrimônio Cultural do Brasil, 2016, p. 22).

Muito embora esta participação masculina tenha se consolidado, o discurso do grupo ainda se mantém em torno da identidade das "paneleiras", de uma prática feminina transmitida das mães para as filhas. Não é possível determinar se tal participação poderá acarretar, em sua progressão, em alguma inflexão de gênero de maior envergadura. O certo é que a base social produtora do bem está se expandindo. Cabe avaliar que, se a política de salvaguarda está preocupada com a manutenção da continuidade do bem, o ingresso de homens no ofício pode, inclusive, contribuir para a garantia da manutenção deste modo de fazer. Por outro lado, se o interesse da salvaguarda se assenta na identidade de gênero, talvez as indicações levantadas pela pesquisa possam ser, oportunamente, objeto de uma reflexão mais detalhada por parte dos técnicos da Superintendência do Iphan no Espírito Santo e do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI).

Para ilustrar essas considerações, gostaríamos de trazer um exemplo citado pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes, a propósito de manifestação cultural Kurokawa-no, praticada no Japão:

> Um exemplo de iniciativa de salvaguarda bem-sucedida, capaz de balancear aspectos sociais e aspectos estético-religiosos do patrimônio, é aquela implementada em torno do Kurokawa-no. Este ritual shintoísta, cuja origem remonta há mais de 500 anos, é atualmente realizado pelas trupes Kami-za e Shimo-za, bem como pelos frequentadores do santuário Kasuga, na região de Kurokawa, da cidade de Tsuruoka. Mesmo tendo enfrentado adversidades durante a Segunda Guerra Mundial e as profundas mudanças socioeconômicas do país no pós-guerra, a comunidade não só conseguiu manter este ritual como lócus privilegiado para a manifestação de sua profunda devoção religiosa, como também formar novas raízes e amalgamá-lo a modos de vida que passaram por rápidas transformações. Ao que tudo indica, não há dúvidas de que o Kurokawa-no pertença a essa comunidade. Porém, nas últimas décadas, seus praticantes tiveram de enfrentar uma queda na motivação da comunidade local, especialmente por parte das gerações mais jovens, em função do complexo e longo treinamento exigido pela arte No, e tem enfrentado também uma redução progressiva no grau de comprometimento com as demandas práticas decorrentes da produção das apresentações. A transmissão do No (ou sucessão, como os praticantes frequentemente afirmam) **teria sido posta em sério risco se os líderes comunitários tivessem sido realmente rigorosos na observância das regras tradicionais de transmissão e participação. Dois aspectos especialmente restritivos dessas regras são a orientação de que o No deve ser perpetuado dentro de grupos familiares, passando preferencialmente a interpretação de alguns papéis dos pais para os primogênitos, e o princípio que restringe a participação das mulheres nessa arte predominantemente masculina**. O festival Ohgi, celebração muito antiga, foi o contexto escolhido para a **introdução de mudanças relacionadas a gênero e idade nos padrões sociais de participação nas apresentações**. Foi organizado um comitê executivo para aprimorar o Rosoko-No - literalmente, "No à luz de velas" - e torná-lo uma atração especial desse festival anual, que terá sua décima quinta edição consecutiva em 2008. O comitê foi transformado em um novo espaço institucional, aberto a um envolvimento mais amplo dos membros da comunidade: homens, mulheres e adolescentes. Em consequência dessa medida, houve um aumento no volume de fundos arrecadados por meio de

> doações públicas e no patrocínio de corporações privadas, e incrementaram-se as atividades comerciais complementares nas dependências do santuário Kasuga. Outros resultados extremamente relevantes foram o fortalecimento do apoio e do interesse público pelo No enquanto arte, e o crescimento do público nas apresentações, sem que isto interferisse nos rituais de teor predominantemente religioso, nos quais a prática do No desempenha um papel importante. De fato, a **decisão de tornar as regras de participação mais flexíveis e adequadas à realidade social contemporânea foi vital para salvaguardar a prática do No em seu local e contexto tradicionais**, assim como a sua qualidade artística e o seu significado para os paroquianos do santuário shintoísta Kasuga[13] (grifos nossos)

E, conclui:

> O exemplo anterior ilustra com eloquência de que forma circunstâncias históricas podem produzir mudanças na base social da transmissão e/ou produção do patrimônio. Também sugere - por mais contraditório que possa parecer - que a continuidade de determinada prática pode implicar mudança no gênero, na idade e no status social dos executantes e participantes. Em tais casos, o desafio, do ponto de vista da salvaguarda, é encontrar o ponto de equilíbrio entre continuidade e mudança, levando em consideração que em situações concretas essas forças não são tão conflitantes quanto se poderia supor".[14].

Conforme podemos apreender, esse caso não se difere da situação que vem ocorrendo com o ofício das paneleiras de Goiabeiras, pois revela uma dimensão decisiva de práticas culturais identificadas como patrimônio cultural imaterial: sua adaptabilidade. Embora muitos dos discursos assentes na tradição proponham um rigor exagerado e (in)fundado em proposições gerais (transmissão de pai para filho, somente homens executam, etc.), a análise de situações específicas, como a abordada por Arantes acima, nos permite refletir sobre diversas das certezas que têm sido utilizadas para justificar a manutenção de certas práticas culturais no tempo. A transformação e atualização de padrões de transmissão e de elementos que explicam a dinâmica presente caso a caso tem sido a melhor via de análise para a compreensão de fenômenos que extrapolam a rigidez de explicações categóricas, na maioria das vezes destituídas de evidência empírica. Portanto, até o momento, tal inflexão de gênero não provocou uma transformação significativa na organização interna do processo de produção das panelas.

3.3. Modificações na transmissão dos saberes

Outro ponto indicado pelos materiais consultados diz respeito a modificações dos processos de transmissão geracional dos conhecimentos, técnicas e práticas associadas ao ofício, decorrentes das progressivas transformações pelas quais o espaço urbano onde se localiza o bairro de Goiabeiras, desde a década de 1970. No desenrolar desse processo, os contextos de aprendizagem assumiram novas configurações e especificidades. Embora os materiais consultados mencionem tal situação, não foi possível encontrar informações mais substantivas sobre as transformações desse processo de transmissão.

Estudos antropológicos recentes vêm ampliando a discussão sobre cultura e aprendizagem, assim como sobre os processos de transmissão por meio dos quais ocorre o treino da atenção e o desenvolvimento de habilidades, em uma relação contínua e recursiva entre percepção e ação.[15] É o caso, para destacarmos um exemplo significativo, das reflexões de Tim Ingold sobre a "redescoberta dirigida" e a "educação da atenção" como os fundamentos que norteiam os processos de habilitação e de repasse de saberes.[16] De acordo com ele, as habilidades "emergem através do trabalho de maturação no interior de campos de prática constituídos pelas atividades de seus antepassados"[17]. Por estar baseado na experiência vivenciada por seu praticante, o

> [...] processo de aprendizado por redescobrimento dirigido é transmitido mais corretamente pela noção de *mostrar*. Mostrar alguma coisa a alguém é fazer essa coisa se tornar presente para esta

> pessoa, de modo que ela possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentido. Aqui, o papel do tutor é criar situações nas quais o iniciante é instruído a cuidar especialmente deste ou daquele aspecto do que pode ser visto, tocado, ouvido, para poder assim 'pegar o jeito da coisa'. Aprender, neste sentido, é equivalente a uma 'educação da atenção'"[18]

Desse ponto de vista, o processo de transmissão geracional se desenrola menos por intermédio da inculcação, por parte de preceptores, de conhecimentos dentro das mentes de seus aprendizes, do que pelo engajamento prático e sintonia perceptiva constante desses últimos com os estímulos gerados por sistemas dinâmicos ao seu redor.

Diante da insuficiência de informações disponíveis para a redação deste Parecer que possam amparar qualquer tipo de conclusão sobre esse tema, sugerimos que sejam feitas pesquisas direcionadas para tal fim, após a conclusão do Processo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do Ofício da Paneleiras de Goiabeiras. Desse modo, poderemos apreender, a partir de análise etnográfica e com maior segurança, a efetiva organização social do conhecimento e os contextos de aprendizagem presentes no interior do bairro de Goiabeiras. Direcionar o olhar para tais aspectos da dinâmica do bem cultural poderá, inclusive, auxiliar o Iphan a propor e a dialogar de maneira mais efetiva com as paneleiras na proposição de outras ações de salvaguarda e evitar incorrer na metanarrativa da "retórica da perda", tão bem evidenciada pelos escritos de José Reginaldo Gonçalves.[19]

3.4. Relação dos detentores com o território de Goiabeiras e locais de produção

Outra alteração significativa detectada concerne à **relação dos detentores com os locais de produção**. Ao que consta, até as décadas de 1950 e 60 as atividades eram divididas entre os membros das famílias, ficando os homens com as tarefas que exigem maior esforço, como a extração do barro e a lida com as fogueiras, montando-as e retirando as panelas do fogo para serem açoitadas com a tintura de tanino. Às mulheres mais jovens e às crianças eram atribuídas as funções de alisamentos e acabamentos. A elas cabiam também as etapas principais de confecção e modelagem das panelas, além do acompanhamento de todas as etapas de produção, como forma de garantir a qualidade das peças. De maneira que essa forma de organização do trabalho estava intimamente relacionada à produção no âmbito doméstico, onde a atividade de confecção de panelas ocorria entremeada a outras atividades cotidianas, como o cuidado com os filhos e a casa, o preparo do almoço e a conversa com vizinhos. A inexistência de muros entre os quintais criava um ambiente propício para o trabalho compartilhado. Paneleiras relatam que era comum a realização de mutirões para a queima das panelas e outras atividades, especialmente quando havia uma encomenda grande. Conforme mencionado anteriormente, o lugar de produção favorecia a sociabilidade entre os membros de uma mesma família e também entre famílias, no momento do trabalho ou em celebrações e encontros posteriores.[20]

Ainda conforme esse estudo, tal forma de organização do trabalho começa a ser alterado a partir da década de 1960. Isso devia ao crescimento na demanda pelas panelas de Goiabeiras, provocado pelo crescimento urbano de Vitória e pela ampliação do fluxo de turistas após a construção do Aeroporto de Goiabeiras e da BR-101. Da mesma maneira, nos anos 1980 a evolução urbana do entorno e o aumento da população do bairro diminuiu os espaços dos quintais tradicionalmente utilizados pelas famílias para a produção, restringindo também os locais disponíveis para a queima das panelas de barro.

Com essa redução dos quintais utilizados para a prática de seu tradicional ofício, as paneleiras, organizadas por meio da APG, passam a reivindicar apoio do poder público para a construção de um espaço coletivo voltado à produção das panelas. Em 1988, a Prefeitura de Vitória construiu um primeiro Galpão, ocupado inicialmente, segundo apontado, por uma nova geração que não possuía ainda espaços próprios de trabalho e em seguida pelas paneleiras mais antigas, ainda acostumadas com a produção no âmbito doméstico.

Em 2001 um novo Galpão é construído, dobrando-se o espaço de produção com a disponibilização de 32 boxes que passam a ser utilizados por 39 paneleiras, o que melhorou as condições

de infraestrutura e as possibilidades de comercialização, trazendo conjuntamente um aumento da visibilidade ao ofício e seus produtos. Em termos de tributação, pode-se acentuar que após o registro ocorreram diferentes iniciativas que visaram à redução de impostos ao Galpão. Salienta-se o apoio do Iphan à anistia de débitos e obtenção de isenção do pagamento de taxas de ocupação relativas ao terreno do Galpão das Paneleiras pela Secretaria do Patrimônio da União.[21] Ademais, lei municipal de Vitória contribuiu para isentar o Galpão do pagamento de IPTU, TCRS e COSIP.[22]

Entretanto, o novo Galpão adquiriu um status de um "espaço oficial" da produção e venda das panelas de barro produzidas em Goiabeiras. Tanto as instituições parceiras quanto os meios de comunicação promoveram essa noção. De acordo com o relatório final de pesquisa, isso acarretou uma invisibilidade da "produção dos quintais, relegando o trabalho no espaço doméstico ao esquecimento e a aparência de marginalidade".[23]

A questão é controversa e merece discussões mais amplas. Se, de um lado, o Galpão acabou por gerar uma nova forma de organização do trabalho e alterar a antiga dinâmica de comercialização das panelas, por outro ele também facilitou o acesso aos produtos, dando visibilidade para um público mais amplo (principalmente turistas) e concentrando as atividades de produção e venda num espaço único.

Esta questão de depreciação da produção de âmbito doméstico é um tema de bastante destaque na avaliação do comportamento do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras ao longo dos dez anos seguintes ao reconhecimento. Nele, a equipe de pesquisa da revalidação aponta que se promoveu uma fragmentação do trabalho em que cada artesã se incumbe de uma etapa específica da confecção das panelas, tornando-se alheia ao domínio de todo o processo de produção das peças. Vale ressaltar que a construção do Galpão demarcou uma inflexão nas relações produtivas das detentoras, porém essas redefinições sociais não constituíram exclusividade deste contexto. Os redesenhos promovidos pelas interações preexistiam à produção no interior dos quintais. Esses últimos não devem ser compreendidos como uma idade do ouro pautada exclusivamente na cooperação e solidariedade mútua. Tal interpretação pode conduzir a uma noção cristalizada e idílica do contexto anterior ao Galpão. Em ambos os espaços se coadunam relações de cooperação e competitividade entre os agentes, bem como entrecruzam relações simbólicas, políticas e econômicas.

Além de não abrigar atualmente todas as paneleiras e artesãos em atividade, mesmo aqueles que ainda trabalham em casa pleiteiam uma vaga no Galpão, seja para produzir ou, principalmente, para a venda. Interessante assinalar como, no contexto da pandemia da Covid-19, tem havido uma relativa "volta aos quintais" por parte de algumas detentoras, diante de medidas restritivas governamentais que impediram o acesso aos visitantes e clientes ao Galpão.

Dentre as transformações identificadas na pesquisa de Revalidação, constam as diferentes estratégias de comercialização adotadas pelas detentoras. Visando adequar-se aos novos hábitos dos consumidores, as paneleiras têm modificado os formatos, tamanhos e funções das panelas de barro. Entre as panelas mais tradicionais, compreendem: a frigideira, a panela de arroz ou pirão e o caldeirão. Há ainda o tabuleiro ou assadeira empregada especialmente para a elaboração da torta capixaba e as panelas de caldos.

Entre os canais de comercialização apontados durante a pesquisa mencionou-se a venda direta no Galpão, a encomenda de clientes novos e antigos, bem como a venda em feiras e eventos. Há ainda um telefone público no Galpão que funciona como meio de encomendas e contatos para a realização de oficinas. É importante notar que, nos últimos anos, as instituições parceiras, em especial a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES) tem promovido discussões para a construção de uma plataforma virtual de vendas. Entretanto, consiste em um projeto inconcluso.

A pesquisa de revalidação apontou que é inapropriado considerarmos que os usos das panelas tenham sido modificados de culinário para puramente estéticos, ressaltando que:

> O turismo gastronômico do estado do Espírito Santo é quem garante o maior mercado para as paneleiras, razão pela qual a frigideira nos mais diversos tamanhos é o modelo mais vendido,

> responsável por 65,2% das vendas. O uso da panela como objeto decorativo, vaso de planta e souvenires (porta guardanapos, cinzeiros, lixeiras, imã de geladeira) também ocorre, mas em proporções quase irrisórias comparadas a demanda e aquisição visando o uso culinário (Belas et al., 2015a, p.15)

No que se refere às características atuais do processo de produção das panelas de barro de Goiabeiras, como mencionado anteriormente, a pesquisa mostra que as técnicas tradicionais de confecção das peças se mantiveram inalteradas ao longo desses anos a partir do Registro, e mais além, em alguma medida foram reforçadas propositalmente tanto pelas detentoras como pelas instituições parceiras, a fim de diferenciar as panelas de Goiabeiras de outras produções artesanais regionais, por suas características e seu método tradicional de produção, sem uso de torno e forno.

Muito embora a exposição à fumaça e às altas temperaturas necessárias à queima a céu aberto e o açoite das peças para a sua impermeabilização sejam prejudiciais à saúde, as paneleiras resistem neste formato e mencionam nas entrevistas que para a valorização social de seus produtos como um "patrimônio histórico" é fundamental a manutenção dessas características tradicionais. Esta fala, assim, seria recorrente para reforçar a ideia de que somente as paneleiras de Goiabeiras produzem as "autênticas" panelas capixabas, o que também contribuiria para garantir um nicho específico de mercado. [24] Discurso este utilizado tanto pelas representantes de sua associação quanto nas ações das instituições parceiras, a exemplo do selo de autenticidade criado pela Prefeitura de Vitória ou da Indicação Geográfica de Procedência de Goiabeiras, promovida pelo SEBRAE no Espírito Santo.

A concorrência considerada "desleal" e as acusações das paneleiras de Goiabeiras frente a outros municípios acarretaram medidas que visassem destacar a procedência local do produto. Em 2001 foi criado pela Secretaria Estadual de Turismo o Selo de autenticidade "Panela de Barro – Raiz da Cultura Capixaba". Sete anos depois, o Iphan construiu, enquanto ação de valorização, uma etiqueta contendo informações sobre o Registro do Ofício das Paneleiras como Patrimônio Cultural. Em 2010, o SEBRAE protocolou junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial o pedido de reconhecimento das indicações geográficas. A indicação de procedência, subsidiado pelo dossiê de registro do Iphan, foi reconhecido em 4 de outubro de 2011. Apesar desse último reconhecimento, as entrevistas realizadas na pesquisa de revalidação sinalizaram o desconhecimento do papel e importância da Indicação Geográfica, tal como a perda da qualidade das panelas, em virtude de uma produção serializada.

3.5. Modificações no acesso às matérias-primas

Durante a pesquisa de revalidação constatou-se que os detentores ainda apresentam dificuldades no acesso às matérias-primas indispensáveis à produção das panelas de barro, em especial a madeira, a casca do mangue vermelho e o barro. Esses elementos do mundo natural constituem a base para o ofício das Paneleiras de Goiabeiras e as condições para a reprodução dos seus modos de vida. Dessa forma, o manguezal não corresponde meramente a um palco onde se desenrolam as relações sociais, mas se configura enquanto um coator na própria produção e reprodução do bem cultural.[25]

Nesse ecossistema costeiro obtinha-se grande parcela da madeira destinada à queima. Entretanto, como sustenta Nunes (1998), os manguezais da Baía de Vitória foram profundamente afetados pela explosão demográfica ocorrida durante a segunda metade do século XX, pois promoveu a ocupação irregular daqueles espaços. A partir de seus dados, observa-se que no período entre 1970 e 1995 foram cortados e aterrados cerca de 760 hectares de manguezais.[26] Essa "grande aceleração" promovida pela crescente demanda e consumo de recursos no local gerou um intenso acúmulo de resíduos sólidos, o lançamento de esgoto doméstico em corpos hídricos, a coleta predatória de caranguejos e o desmatamento ilegal. Sendo assim, a extração de madeiras do manguezal tem-se tornado

uma atividade secundária. As próprias paneleiras, ademais, optam pela terceirização da extração de árvores do mangue, devido ao desgaste físico que isso gera, bem como pelo tempo dispendido.

De acordo com Belas et al (2016) no Relatório Final da pesquisa para a revalidação, duas iniciativas têm-se despontado como principais mecanismos para a obtenção da madeira. A primeira corresponde à proposta da Prefeitura Municipal de Vitória de envio a Goiabeiras dos resíduos de construção civil, a fim de garantir o reaproveitamento dos materiais para uso das paneleiras. Entretanto, existem reclamações por parte dos detentores no tocante à qualidade da madeira recebida, visto que são inadequadas à queima. Contemplam, por exemplo, tinturas, plásticos e outros materiais tóxicos. A segunda iniciativa voltada à obtenção da madeira é associada à empresa Fíbria (atual Suzano Celulose) que executa projetos de uso de madeira de reflorestamento para queima. Tal atividade, cabe ressaltar, permanece entendida pelos próprios detentores como algo que compromete a sua saúde pela inalação de fumaça, ainda que haja reivindicações no sentido de ampliar os espaços adequados para a área de queima das panelas.

No tocante à obtenção do barro, ainda é possível verificar indefinições quanto à sua regularização. Conforme apontado por Belas *et al* (2016), o acesso ao barreiro que seria impedido com a construção de uma estação de tratamento de esgoto foi uma das principais causas para o conflito com a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN) na década de 1990. É nesse contexto de conflito ambiental territorial[27] que a então 6ª Diretoria Regional do Iphan (atual Superintendência do Iphan Espírito Santo), na figura de sua Diretora-geral Tereza Carolina Abreu, projetou ações no sentido de reconhecer a fabricação artesanal de panelas que é praticada naquele bairro. Essas medidas resultaram na organização do primeiro registro de bem imaterial do país, dado que foi justificado pela articulação de interesses dos detentores, dos governos locais e do risco de perda do acesso ao barreiro.

Apesar do forte engajamento da sociedade e instituições públicas em seu favor, a Associação das Paneleiras de Goiabeiras, em 22 de junho de 2002, assinou dois acordos com a CESAN com vistas à construção da ETE. No primeiro acordo a associação desistia de se opor em troca de uso de parte do terreno da CESAN no Vale do Mulembá com o fim exclusivo da produção artesanal de panelas e também se comprometeu a respeitar os órgãos ambientais. O segundo acordo, por sua vez, atribuía a CESAN o dever de melhorar a infraestrutura nos locais de extração da argila. A negociação direta entre a APG e a CESAN gerou indignação entre associações que lhes apoiaram (entre elas as Bandas de Congo), pois estas entenderam que os ganhos foram exíguos. Houve a concessão de espaço e poucas contrapartidas à Associação.

Em menos de um ano após o ocorrido, a APG logo se defrontou com mais um desafio diante do acesso ao barreiro. Naquele momento, a Prefeitura Municipal de Vitória criou por meio do decreto municipal 11.505/2002 o Parque Natural Municipal do Vale do Mulembá-Conquista.[28] Como determinava o primeiro artigo, a área seria subordinada, a partir de então, ao regime de unidade de conservação de proteção integral. Dada a legislação ambiental n. 9985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, não se admitia práticas de extração de minérios em parques naturais municipais, visto que possuíam prerrogativas similares aos parques nacionais, porém subordinados ao Executivo Municipal.

Nesse sentido, fez-se necessário um novo acordo. Dessa vez, a APG entrou em negociações com a Secretaria Municipal de Meio de Ambiente de Vitória, o que possibilitou o uso do barreiro. Segundo Belas et al (2016), preservou-se os acordos anteriores assinados com a CESAN acerca do direito ao uso exclusivo do barreiro e viabilização de transporte do barreiro ao Galpão. Apesar da existência desse transporte, os detentores assinalam sua insuficiência. Tal fato é agravado pela redução gradual da área de extração, número reduzido de tiradores do barro para o aumento na demanda da produção de panelas e o alto custo da matéria prima.

A pesquisa desenvolvida para a revalidação do bem cultural recomenda três iniciativas visando à compreensão e mitigação das dificuldades do acesso ao barreiro, a saber: a alteração dos limites do parque; a ampliação das pesquisas sobre a regeneração ou exploração do barreiro e, por fim, negociações com órgãos ambientais. Pouco se avançou em relação ao primeiro e ao segundo aspecto.

Ainda não foram desenvolvidas pesquisas mais aprofundadas que visem diagnosticar os impactos trazidos pelo uso do barreiro, tampouco foram reconsideradas as demarcações da unidade de conservação.

Entretanto, no que tange ao terceiro aspecto, afirma-se que a Superintendência do Iphan no ES buscou estreitar os canais de interlocução com os órgãos ambientais envolvidos no acesso ao barreiro, em especial o Departamento Nacional de Produção Mineral.[29] Visando garantir o direito à extração e à manutenção da organização comunitária, a Superintendência se posicionou de forma contrária à proposta do DNPM de tornar em curto prazo de tempo a APG uma sociedade empresarial e comunitária para obter cessão de lavra.

Em 2001, a presidente da Associação de Paneleiras de Goiabeiras solicitou ao referido Departamento o direito de pesquisa de 7,66 hectares do barreiro. No entanto, foi negada a autorização do direito de pesquisa por se tratar de pessoa física. Era preciso tornar-se pessoa jurídica cessionária. Dessa forma, em 2002, Berenícia Nascimento novamente entrou com o pedido de direito de pesquisa em nome da Associação a qual representa. Após os devidos trâmites, logo lhe foi autorizada. Em 2005, a presidente solicitou a concessão de lavra. A Procuradoria Federal, no entanto, alegou que somente poderiam ser concedidas lavras a pessoas jurídicas inscritas na Junta Comercial. Em se tratando de uma Associação sem fins lucrativos, a APG não obteve essa concessão.

Em 2016, o Superintendente da DNPM no Espírito Santo sugeriu uma solução conciliatória a esse respeito, qual seja, a de estabelecer uma área especial de extração considerando os valores históricos e culturais. Tal iniciativa foi endossada pela equipe técnica do Iphan na Nota Técnica nº 3/2018 presente nos autos do processo de n. 01409.000209/2018-81. Sustentou-se a excepcionalidade do caso em questão e embasou-se na perspectiva de garantia do Decreto 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável e de Povos Tradicionais.

Diante do exposto, propôs-se uma reunião no dia 12 de novembro de 2018 com a presença da presidente do Iphan à época e representantes do Departamento Nacional de Produção Mineral para tratar do assunto. No entanto, não consta nos autos a ata da referida reunião que documente suas discussões e posicionamentos. Sendo assim, é cabível retomar a discussão com o Departamento, visto que tal proposta de acesso ao barreiro ainda não foi devidamente regularizada.

Quanto às matérias-primas essenciais à produção de panelas de barro em Goiabeiras: o barro, o tanino e a madeira; segundo apresentado pela pesquisa de Revalidação sofreram mudanças quanto à forma de acesso, à qualidade e os custos recentes destes materiais.

As antigas fontes de coleta da madeira utilizada na queima das panelas eram as próprias áreas de mata e de mangue do entorno do bairro de Goiabeiras, e cada artesã supria com a ajuda de familiares o estoque de que necessitava. Com a criação de áreas de preservação nesse entorno, os órgãos de meio ambiente passaram a coibir tal prática e as paneleiras se viram obrigadas a recorrer a outras fontes, tais como sobras de madeiras da construção civil. Recentemente, a Prefeitura de Vitória passou a indicar que empresas passassem a descartar no Galpão seus resíduos de madeira. Dessa forma, garantiu-se um fornecimento deste material com maior regularidade e sem custos para as artesãs. Entretanto, mesmo que a partir da parceria com Prefeitura tenha-se garantido o acesso à madeira, esta chega ao local de produção sem ser selecionada e a sua qualidade gera novas preocupações. Segundo registrado pela pesquisa a partir do depoimento de um dos artesãos, responsável pelo recebimento da lenha, grande parte da madeira doada encontra-se fora dos padrões adequados para a queima, sendo comum resquícios de tintas, plásticos e misturas com outros materiais tóxicos. Dessa forma, tem-se comprometido a qualidade e a salubridade das panelas, representando riscos reais à saúde dos artesãos e, em última instância, dos consumidores. (Belas, Carla Arouca et al., 2016, p. 44)

Além da obtenção de um material de qualidade a ser utilizado pelas paneleiras na queima das panelas, esta etapa da confecção ainda enfrenta um outro problema: a falta de espaço para a queima no Galpão frente ao aumento da demanda pelo espaço, somado também à necessidade de uso do local pelas paneleiras que não podem queimar mais em seus quintais.

Outra matéria-prima fundamental e que dá a tradicional coloração escura das panelas de Goiabeiras, a casca do mangue vermelho, encontrada no manguezal próximo ao bairro, também enfrenta dificuldades em sua forma de acesso. Antes retiradas sem maiores critérios, após um trabalho de

capacitação do IBAMA no início dos anos 2000 voltado para a difusão de boas práticas de manejo, os casqueiros passaram a adotar métodos de extração que evitam a morte das árvores. No entanto, mesmo com o manejo mais sustentável dessa retirada, o mangue ainda é afetado por outras problemáticas maiores a prejudicar aquele ecossistema, como a urbanização e poluição do entorno. Outra questão é o custo. Segundo assinalado, o valor do material tem subido exponencialmente. Ainda que as próprias paneleiras dominem as técnicas de retirada, pelo trabalho árduo dispensado a tal tarefa, muitas "terceirizam" a atividade, e no momento desta avaliação, somente dois casqueiros ainda realizavam o trabalho, o que seria pouco para atender a demanda do grupo.

O acesso ao barro, elemento principal que garante a existência da atividade artesanal de que tratamos, foi o motivador para a organização social das paneleiras de Goiabeiras em fins da década de 1980. Naquela altura, o projeto de construção da estação de tratamento de esgoto junto à jazida de barro do Vale do Mulembá, constituía uma ameaça à continuidade do bem cultural. Diante desse contexto, ensejou-se, em 2001, o pedido de Registro do Ofício como patrimônio cultural.

Naquele mesmo ano a Associação das Paneleiras estabeleceu acordo com a Companhia Espírito Santense de Saneamento, CESAN, proprietária da área jazida de barro, para a permissão de uso de parte do terreno, possibilitando a continuidade da extração da argila desde então. Entretanto, em 2002 a Prefeitura de Vitória cria o Parque Natural Municipal do Vale do Mulembá, abrangendo o mesmo local reservado para as paneleiras. Apesar do regime de proteção restritivo do parque, a Secretaria de Meio Ambiente também permitiu o uso de uma área restrita sob seu controle, tendo por base, segundo apontado pela pesquisa, um estudo geológico que indicava o esgotamento da jazida em um prazo de 20 anos, na expectativa de que a área viria a ser abandonada pelos artesãos, voltando a vegetação nativa a se recuperar.

Apesar da permissão para o prosseguimento da atividade extrativa, o acesso ao barro continua sendo um dos principais problemas enfrentados pelas paneleiras. Na avaliação da pesquisa, é insuficiente a quantidade de tiradores de barro em atividade atualmente, uma vez que a demanda crescente por panelas não se fez acompanhar pelo número daqueles que atualmente realizam essa atividade. Trata-se de um trabalho pesado, insalubre e mal remunerado. Com essa demanda maior que a oferta do barro, nos últimos 10 anos verificou-se um aumento de 200% no custo da matéria-prima. Outro fator é a redução gradual da área de extração imposta pela Secretaria de Meio Ambiente, que inclusive tem levado a uma superexploração de alguns locais, comprometendo a qualidade do barro extraído.

4. Conclusão

O Relatório Final de Pesquisa para a revalidação ressalta um conjunto de mudanças positivas advindas do processo de patrimonialização: a melhoria da infraestrutura do local de produção e comercialização das panelas, com a construção do Galpão das Paneleiras; a garantia de obtenção de matérias-primas e recursos essenciais à produção; uma crescente visibilidade do bem cultural; e maior acesso a incentivos e parcerias institucionais. Em que pesem algumas dificuldades e percalços vivenciados nesse processo, os avanços e as conquistas superaram, de longe, as expectativas iniciais – não se pode esquecer que o Ofício de Paneleiras de Goiabeiras foi o primeiro bem imaterial titulado pelo Iphan, no momento em que a política começava a se estruturar.

Em vista dessas considerações, afirmamos que:

Por ser um ofício de longa continuidade histórica que, não obstante, encontra-se em constante processo de adaptação e reelaboração;

Por ser uma referência cultural reputada pelos detentores como central para a conformação de sua identidade sociocultural, memória coletiva, padrões de sociabilidade e atividades profissionais;

Por ser um ícone da gastronomia capixaba associado à identidade local e que contribui para o desenvolvimento de atividades turísticas e econômicas do estado;

Pelo interesse sinalizado favoravelmente da comunidade detentora;

Somos favoráveis à Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, inscrito no Livro de Registro dos Saberes em 20 de dezembro de 2002.

É este o parecer.

Brasília, 16 de abril de 2021.

Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda

Presidente da Comissão

Coordenadora de Registro – COREG

Elisa Machado Taveira

Superintendente do Iphan no Espírito Santo

Filipe Oliveira da Silva

Técnico em História

Superintendência do Iphan no Espírito Santo

Rodrigo Martins Ramassote

Técnico em Ciências Sociais

Coordenação de Registro - COREG

Sara Santos Morais

Técnica em Antropologia

Coordenação de Apoio aos Bens Registrados - COABR

Natália Guerra Brayner

Técnica em História

Coordenadora de Apoio aos Bens Registrados - COABR

---

[1] A Comissão foi composta pelos seguintes membros: Claudia Marina de Macedo Vasques e Yeda Virgínia Belo Pires Barbosa – COREG/CGIR/DPI; Rívia Ryker Bandeira de Alencar – CGSG/DPI; Daniel Roberto dos Reis Silva – CNFCP/DPI; Aline Barroso Miceli e Diva Maria Freire Figueiredo – IPHAN/ES. Esta última foi substituída pela técnica Rebecca Velloso de Luna Guidi, através da Portaria nº 91 de 11 de Março de 2016. Por necessidade de reordenação da equipe do DPI, membros da CGIR foram substituídas pelas técnicas Mônia Luciana Silvestrin e Sara Santos Morais, pela Portaria nº 142 de 16 de abril de 2015. Portarias estas publicadas no Diário Oficial da União.

[2] Na data de 13 de janeiro de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 5, a qual institui uma nova comissão, formada pelos seguintes membros: Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda; Filipe Oliveira da Silva; Elisa Machado Taveira; Rodrigo Martins Ramassote; Sara Santos Morais e Natália Guerra Brayner.

[3] Cf. Processo SEI (01450.001735/2019-33).

[4] Cf. GONÇALVES, José Reginaldo. “Culturas populares, patrimônio e autenticidade”. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; Botelho, André (org.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

[5] Cf. IPHAN. Certidão do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao_Goiabeiras.pdf. Último acesso: 09.04.2021.

[6] “Lugar de brincadeira, reza e benzeção, o bairro também é conhecido pela Banda de Congo Panela de Barro, pela Folia de Reis Goiabeiras Velha e pelo Boi Estrela – que enchem as ruas de música e alegria com seus ensaios e apresentações.” (DOSSIÊ IPHAN 3. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, p. 22).

[7] Em 20 de agosto de 2019, por meio da Lei Municipal n.9.558, a Festa das Paneleiras foi inclusa no Calendário Oficial de Eventos da Prefeitura Municipal de Vitória e se estabeleceu a comemoração no mês de outubro. Cf. VITÓRIA. Lei Municipal n.9.558, de 20 de agosto de 2019. *Inclui no Anexo I da Lei 9.278, de 6 de junho de 2018, que instituiu o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Município de Vitória, a Festa das Paneleiras de Goiabeiras a ser comemorado no mês de outubro*. Disponível em: http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2019/L9558.PDF. Acesso em: 29.10.2020.

[8] Cf. BELAS, Carla Aroucas *et all*. *Diagnóstico sociocultural:* Ofício das Paneleiras de Goiabeiras – relatório referente à pesquisa de revalidação do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras como patrimônio cultural do Brasil. Vitória: IPHAN, 2016.

[9] É digno de nota que a pesquisa toma por base apenas 65 artesãos/paneleiras que responderam o questionário. Deste número contemplam-se 51 mulheres e 14 homens. A aplicação dos formulários ocorreu no período compreendido entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015.

[10] *Ibid*, p. 12.

[11] NASCIMENTO, Berenícia. [entrevista concedida à Filipe Oliveira em 05/02/2021].

[12] BELAS, Carla Aroucas *et al. Relatório Final:* Revalidação do Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras como Patrimônio Cultural do Brasil, 2016, p. 22.

[13] ARANTES, Antônio Augusto. “Sobre Inventários e outros instrumentos de salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível: ensaio de Antropologia Política”. In: **Anuário Antropológico**. Vol. 33, nº 1, 2008, p. 208-209.

[14] *Ibid*, p.209.

[15] Para citar apenas alguns, ver: LAVE, Jean. “A Comparative Approach to Educational Forms and Learning Processes”. In: **Anthropology & Education Quarterly**, Vol. 13, No. 2, *Anthropology of Learning* (Summer, 1982), pp. 181-187; INGOLD, Tim. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000; o Dossiê “Cultura e Aprendizagem”, publicado na revista **Horizontes Antropológicos**, reúne um conjunto de artigos importantes sobre o tema. Cf. Horizontes Antropológicos, vol. 21, n. 44, 2015.

[16] Cf. INGOLD, Tim. “Da transmissão de representações à educação da atenção”. In: **Educação**. Porto Alegre, v.33, nº 1, jan./abr., 2010, p. 6-25.

[17] *Ibid,* p.16.

[18] *Ibid,* p.21.

[19] Cf. GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda**: os discursos sobre o patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

[20] BELAS, Carla Arouca. *Op.cit.* p.47.

[21] Esta ação gerou a publicação de Portaria Conjunta SPU/IPHAN n° 214, de 25 de novembro de 2015 que autoriza a concessão de anistia de débitos patrimoniais e de isenção do pagamento de taxas de ocupação, de foros ou de laudêmios para as pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvam ações de salvaguarda para bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, quando os imóveis da União utilizados sob regime de ocupação ou de aforamento forem essenciais à manutenção, à produção e à reprodução dos saberes e práticas associados. Essas informações, além de uma lista completa de ações de apoio e fomento realizadas pelo Iphan em prol da salvaguarda do bem cultural constam em: IPHAN. *Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil*, 2002-2018. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: sfgec.pdf (iphan.gov.br).

[22] VITÓRIA. *Lei Municipal* n° 9.299, de 27 de julho de 2018. Concede tratamento tributário diferenciado para as instituições que possuem o título de Patrimônio Imaterial Brasileiro, conferido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, estabelecidos no município de Vitória. Disponível em http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L92992018.html. Acesso em 16/04/2021.

[23] *Ibid*. p.22.

[24] Vale notar que recorrer à ideia de autenticidade como estratégia discursiva e de legitimação de certos saberes e espaços territoriais por parte de detentores do patrimônio cultural não é característica somente do contexto descrito neste parecer. Ainda que proscrita da Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), a noção de autenticidade tem sido utilizada em candidaturas de vários países para fundamentar a narrativa acerca da "existência original" de determinadas práticas culturais e promover o "marketing territorial". Cf. BORTOLOTTO, Chiara. "Patrimônio e o futuro da autenticidade", In: IPHAN, *Revista do Patrimônio*, n° 36, 2017.

[25] Apesar do silenciamento e depreciação dos manguezais como objeto de estudo histórico e antropológico, diferentes grupos sociais produzem olhares e representações acerca deste ecossistema. Para as paneleiras, entretanto, o manguezal é representado como fonte de vida. Para maiores detalhes sobre a historicidade do manguezal, cf. SOFFIATI, Arthur. **O manguezal na história e na cultura do Brasil.** Campos dos Goytacazes (RJ): Faculdade de Direito de Campos, 2006.

[26] NUNES, André Gustavo Alves. **Os argonautas do Mangue:** uma etnografia visual dos caranguejeiros do município de Vitória -ES. 207f. Dissertação (Mestrado em Multimeios). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, p.42.

[27] Considera-se aqui o conflito entre APG e a CESAN de natureza ambiental territorial, pois existia "sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial". Ver ZOUHRI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____ (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: UFMG, 2017, p.23.

[28] VITÓRIA. *Decreto Municipal 11.505, de 26 de dezembro de 2002.* Cria o Parque Natural Municipal do Vale do Mulembá-Conquista e dá outras providências. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2002/D11505.PDF> Acesso em: 15.08.2020.

[29] Processo SEI n° 01409.000209/2018-81.

Documento assinado eletronicamente por **Filipe Oliveira da Silva**, **Técnico I**, em 16/04/2021, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Elisa Machado Taveira**, **Superintendente do IPHAN-ES**, em 16/04/2021, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Natália Guerra Brayner**, **Coordenadora de Apoio à Salvaguarda dos Bens Registrados**, em 16/04/2021, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Sara Santos Morais**, **Técnico**, em 16/04/2021, às 21:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Martins Ramassote**, **Técnico I**, em 16/04/2021, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda**, **Coordenadora de Registro**, em 19/04/2021, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2613431** e o código CRC **218A28A1**.

Referência: Processo nº 01450.011378/2012-45 SEI nº 2613431